



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

**CURSO/PERÍODO**

**DIREITO - 9º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.**

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

**Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.**

**Siga as instruções:**

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar O GABARITO, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

**Disciplina:** Direito Agrário

**Professor:** Ronaldo Carvalho

**Questão 01**

DÉCIO MACHADO, conceituado lenhador, firmou contrato de arrendamento de imóvel rural de sua propriedade com o Sr. H.LOPES, fanático por cavalgadas. O contrato tem por objeto o arrendamento da totalidade da propriedade de DÉCIO, constante 100 alqueires. Ocorre que a União desapropriou metade da propriedade, ou seja, 50 alqueires. Ante a situação apresentada, pode-se afirmar que H.LOPES poderá:

- a) Reduzir proporcionalmente a renda apenas.
- b) Rescindir o contrato apenas.
- c) Reduzir proporcionalmente a renda ou rescindir o contrato.
- d) Nada poderá fazer.

**Questão 02**

ARMANDO GUERRA (parceiro outorgante) um grande produtor rural, firmou contrato de parceria para cria, recria e engorda de animais com seu amigo ALLAN BIDA (parceiro outorgado). O contrato é omissivo quanto as despesas com o tratamento e a criação dos animais. Ante o exposto, pode-se afirmar que:

- a) As despesas com o tratamento e a criação dos animais ficarão a cargo de ARMANDO GUERRA.
- b) As despesas com o tratamento e criação dos animais ficarão a cargo de ALLAN BIDA.
- c) As despesas com o tratamento e criação dos animais ficarão a cargo de ambos contratantes.
- d) As despesas com o tratamento ficarão a cargo de ALLAN BIDA e as despesas com a criação a cargo de ARMANDO GUERRA.

**Questão 03**

No que diz respeito ao preço e forma de pagamento dos contratos de arrendamento é correto afirmar que o Decreto nº.59.566/66, estabelece que:

- a) O preço do arrendamento só pode ser fixado em quantia fixa em dinheiro, e seu pagamento também só pode ser ajustado em dinheiro.
- b) O preço do arrendamento pode ser fixado em quantidade de frutos, mas seu pagamento só pode se ajustado em dinheiro.
- c) O preço do arrendamento só pode ser fixado em quantia fixa em dinheiro, mas seu pagamento pode ser ajustado em dinheiro ou quantidade de frutos.
- d) O preço do arrendamento bem como seu pagamento pode ser ajustado em quantidade de frutos.

**Questão 04**

Arrendamento contratado por prazo indeterminado, presume-se contratado pelo prazo de:

- a) Cinco anos.
- b) Três anos.
- c) Dez anos
- d) Dois anos.

**Disciplina:** Ética Geral e Profissional

**Professor:** Érica Cristina Molina

**Questão 05**

(2010 – FCC - AL-SP) NÃO configura Direito do Advogado, previsto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil,

- (a) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (b) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- (c) falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da administração pública ou do poder legislativo.
- (d) a inviolabilidade de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, ainda que pessoais e não relativas ao exercício da advocacia.

**Questão 06**

(FGV - 2013 – OAB) João, além de advogado, é próspero fazendeiro no Estado W. Após fiscalização regular, é comunicado que seus trabalhadores estão em situação irregular, análoga à de escravidão. Nos termos do Código de Ética, o advogado deve:

- (a) ignorar a comunicação porque são separadas as atividades de advogado e fazendeiro.
- (b) deixar de prestar concurso a atos que atentem contra a dignidade da pessoa humana.
- (c) atuar como advogado na defesa da situação considerada irregular, ignorando as acusações.
- (d) defender sua atuação como fazendeiro que obedece a regras peculiares e costumeiras.

**Questão 07**

(FGV - 2012 – OAB) Semprônia, advogada há longos anos, é contratada para representar os interesses de Esculápio, que está preso à disposição da Justiça criminal. Ao procurar contatar seu cliente, verifica que ele está em penitenciária, considerado incomunicável, por determinação de normas regulamentares do sistema. Apesar disso, requer o acesso ao seu cliente, que foi indeferido. Consoante as normas legais e estatutárias, é correto afirmar que:

- (a) a atuação do advogado deve estar submetida aos regulamentos penitenciários, para a sua própria segurança.
- (b) os estabelecimentos penitenciários civis devem organizar as visitas dos advogados por ordem de chegada.
- (c) o advogado, quando for contatar o seu cliente em prisão, deve ser acompanhado por representante da OAB.
- (d) é ilegal vedar a presença do advogado no contato com seu cliente, ainda que considerado incomunicável.

### Questão 08

(FGV - 2011 – OAB) O advogado Ademar é surpreendido por mandado de busca e apreensão dos documentos guardados no seu escritório, de forma indiscriminada. Após pesquisa, verifica que existe processo investigando um dos seus clientes e a ele mesmo. Apesar disso, os documentos de toda a sua clientela foram apreendidos.

Diante do narrado, é correto afirmar que:

- (a) houve excesso na apreensão de todos os documentos da clientela do advogado.
- (b) a prática é correta, em função de a investigação atingir o advogado.
- (c) a inviolabilidade do escritório de advocacia é absoluta.
- (d) a proteção ao escritório do advogado não se inclui na hipótese versada.

**Disciplina:** Responsabilidade Civil

**Professor:** Ronaldo Carvalho

### Questão 09

TSUNAMI, cansada da rotina e dos empregos enfadonhos fora admitida pela empresa de rações MULTIMILK LTDA, para desempenhar uma função inusitada. As funções de TSUNAMI consistiam em experimentar rações e conferir o odor dos alimentos também. Apesar de o paladar dos cachorros ser bastante diferente do paladar dos seres humanos, é preciso realizar esse tipo de checagem para verificar a qualidade do material. Vale destacar que TSUNAMI venera muito seu trabalho. Contudo, TSUNAMI fora vítima de uma invejosa colega de trabalho, que lhe imputou desarrazoadamente o furto de alguns sacos de ração Premium sabor picanha para consumo próprio. Tal fato vilipendiou a imagem e reputação de TSUNAMI. Pretende TSUNAMI ingressar com indenização pelo dano moral sofrido. Sabe-se, contudo, que o dano moral para ser mensurado demanda a análise de certos critérios. Ante o exposto, é correto afirmar que:

- a- ( ) O dano moral deve ser certo, determinado, tal qual o dano material.
- b- ( ) Por se tratar de calúnia, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 200 (duzentos) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).
- c- ( ) Por se tratar de difamação, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 100 (cem) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).
- d- ( ) Para a fixação do valor devido à título de indenização de danos morais, deve-se levar em conta a capacidade econômica do agente, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este.

### Questão 10

LIVIANA, moradora do Município de Trás dos Montes, andava com sua bicicleta em uma via que não possui acostamento, próxima ao centro da cidade, quando, de forma repentina, foi atingida por um ônibus de uma empresa concessionária de serviços públicos de transportes municipais. Após o acidente LIVIANA teve as duas pernas quebradas e ficou em casa, sem trabalhar, e em gozo de auxílio-doença, por cerca de dois meses. Pretende LIVIANA buscar a reparação pelos danos sofridos. Diante a situação narrada pode-se afirmar que:

- a) LIVIANA deverá provar a culpa da concessionária a fim de lograr êxito em sua demanda.
- b) LIVIANA não logrará êxito em sua demanda uma vez que não era usuária direta do serviço de transporte público.
- c) LIVIANA não precisará provar a culpa da concessionária, ainda que não seja usuária direta do serviço de transporte público.

d) LIVIANA não precisará provar a culpa da concessionária, mas necessitará demonstrar que era usuária direta do serviço de transporte público.

### Questão 11

No tocante à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

- a) A previsão constitucional que estabelece a responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros refere-se à responsabilidade contratual e extracontratual do Estado.
- b) Tratando-se de responsabilidade por dano nuclear, é inaplicável a excludente que consiste na culpa exclusiva da vítima para afastar o dever de indenizar.
- c) Em se tratando de responsabilidade fundada no risco administrativo, para a configuração do nexo causal, dever ser investigados os elementos subjetivos do dolo ou da culpa do agente público.
- d) A clássica diferenciação entre fortuito externo e interno perdem relevância para a teoria do risco administrativo, já que não configuram excludentes de responsabilidade.

### Questão 12

Ricardo, buscando evitar um atropelamento, realiza uma manobra e atinge o muro de uma casa, causando um grave prejuízo.

Em relação à situação acima, é correto afirmar que Ricardo

- a) não responderá pela reparação do dano, pois agiu em estado de necessidade.
- b) responderá pela reparação do dano, apesar de ter agido em estado de necessidade.
- c) responderá pela reparação do dano, apesar de ter agido em legítima defesa.
- d) praticou um ato ilícito e deverá reparar o dano.

**Disciplina:** Direito Processual Civil V

**Professor:** Christiano Vitagliano

### Questão 13

Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

**Quanto à afirmação acima é correto afirmar:**

- a) Concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias, não podendo o autor ter outro prazo para tanto.
- b) Não concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias, não podendo o autor ter outro prazo para tanto. Não se compatibiliza-se à afirmação com fenômeno da preempção.
- c) Concedida a tutela antecipada, não realizado o aditamento da inicial o processo será extinto sem resolução do mérito.
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 14**

Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias.

**Quanto à afirmação acima é correta afirmar:**

- a) Caso emende, a inicial será indeferida e o processo será extinto sem resolução de mérito
- b) Na verdade o prazo de emenda nesse caso é dez dias
- c) Caso não emende a inicial será indeferida e o processo será extinto sem resolução de mérito
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 15**

A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. É correto afirmar:

- a) Quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- b) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, sendo esses requisitos alternativos.
- c) não sendo possível quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

**Questão 16**

Houve inovação considerável no novo CPC quanto à tutela antecipada antecedente, no que condiz à ela é correto afirmar:

- a) Não pode produzir o efeito da estabilidade
- b) Quando houver sentença produzindo efeito da estabilidade, para a cessação do efeito é possível o ajuizamento de ação revocatória.
- c) A estabilidade faz coisa julgada material
- d) A estabilidade não se submete à Teoria da Imprevisão

**Disciplina:** Direito Civil – Da família

**Professor:** Juliana Soller

**Questão 17**

De acordo com a lei de alienação parental, são medidas previstas aplicáveis ao agente infrator (alienador), EXCETO:

- a) Declarar a suspensão da autoridade parental;
- b) Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- c) Estipular multa ao alienador;
- d) Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienador.

**Questão 18**

Acerca do divórcio, assinale a alternativa correta:

- a) O divórcio é uma das causas que ensejam o termino da sociedade conjugal, tendo o condão de dissolver o casamento valido;
- b) O divorcio não pode ser concedido sem que haja a previa partilha de bens;
- c) Para que seja decretado o divórcio exige-se que o cônjuge não seja devedor de obrigações alimentares;
- d) Enquanto não completado o lapso temporal de 3 anos da separação de fato, não poderá o divorcio ser decretado.

**Questão 19**

Com relação a filiação e a presunção legal de paternidade, são hipóteses desta, EXCETO:

- a) Havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- b) Havidos por inseminação artificial heteróloga, independente de prévia autorização do marido.
- c) Nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- d) Havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha previa autorização do marido.

**Questão 20**

Acerca da filiação assinale a alternativa correta:

- a) Ainda é permitido a distinção entre filiação legítima e ilegítima, decorrente da situação de casados ou não dos pais;
- b) Todos são apenas filhos, uns havidos fora do casamento, outros em sua constância, com iguais direitos e qualificações;
- c) A ação negatória de paternidade destina-se a incluir a presunção legal de paternidade;
- d) A presunção de paternidade prevista em nosso Código Civil, não admite prova em contrario.